

---

## MULHERES E SOCIEDADE NO DECÊNIO FARROUPILHA

## WOMEN AND SOCIETY IN THE FARROUPILHA DECENNARY

---

Paula Rochele Silveira Becher  
Acadêmica do Curso de História da UFSM  
chele\_becher@yahoo.com.br

**RESUMO:** A aparição dos enfoques historiográficos que formam a história das mulheres e/ou das relações de gênero vem trazendo mudanças muito importantes para a historiografia, seja em aspectos culturais ou nas relações dos atores sociais com o poder. Neste sentido, percebendo a necessidade de aprofundar o conhecimento histórico acerca desta temática, buscamos neste trabalho compreender e refletir acerca de algumas formas de articulação utilizadas por mulheres dentro da sociedade oitocentista do período farroupilha (1835-1845), na província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Como objeto de estudo, detemo-nos sobre a figura de três mulheres que estavam inseridas na elite farroupilha do período: Bernardina Barcelos de Almeida, Maria Angélica da Fontoura Corte Real e Candida Olinda de Freitas. A partir do estudo realizado, que contou com levantamento de dados e análise bibliográfica e documental, procuramos demonstrar que as atitudes destas mulheres estavam diretamente inseridas nas intrincadas e complexas disputas pelo poder que ocorriam nos diversos âmbitos da sociedade, e que, assim sendo, suas ações interferiram diretamente nestas disputas, fossem elas ligadas à situação da guerra ou para além dela.

**PALAVRAS-CHAVE:** História das Mulheres. Revolução Farroupilha. Elites.

**ABSTRACT:** The appearance of historiographical approaches that form the history of women and/or gender relations has brought very important changes to the historiography, whether or cultural aspects or of the relations of social actors with power. In this sense, realizing the need to deepen the historical knowledge about this issue, in this paper we seek to understand and think about some forms of articulation used by women in the nineteenth-century society Ragamuffin period (1835-1845) in the province of São Pedro do Grande do Sul. As an object of study, we are reflecting on the figure of three women who were included in the elite the Ragamuffin period: Bernardina Barcelos de Almeida, Maria Angelica da Fontoura Corte Real and Candida Olinda de Freitas. From the study, which included data collection and bibliographic and documentary analysis, we aim to show that the attitudes of these women were directly inserted into the intricate and complex power struggles that occurred in many areas of society, and that, therefore, their actions directly interfered in these disputes, they were linked to the situation of war or beyond.

**KEYWORDS:** History of Women. Ragamuffin Revolution. Elites.

### Introdução

Este trabalho é parte do projeto de pesquisa intitulado “As Mulheres na Revolução Farroupilha”, vinculado ao projeto guarda-chuva “História da América Platina e os processos de construção e consolidação dos estados nacionais do século XIX e início do século XX”,

que contou com o financiamento do Programa FIPE Sênior/UFSM em 2012 e 2013. Ao longo do presente estudo, buscou-se abordar a história das mulheres no período da Revolução Farroupilha (1835 – 1845) com um enfoque três personagens: Bernardina Barcelos de Almeida, Candida Olinda de Freitas e Maria Angélica da Fontoura Corte Real. A partir da pesquisa em fontes documentais e bibliográficas, procurou-se perceber as formas de articulação e atuação destas mulheres em sociedade dentro das complexas redes de poder do século XIX, principalmente em meio ao contexto da guerra.

A opção sobre a temática das mulheres insere-se no contexto apontado por Soihet (1997), segundo a qual “a grande reviravolta da história nas últimas décadas, debruçando-se sobre temáticas e grupos sociais até então excluídos do seu interesse contribui para o desenvolvimento de estudos sobre as mulheres” (p. 275).

*La historia de las mujeres, como una forma (plural y heterogénea) de rescatar un sujeto social (el femenino, entendido como colectivo), nació así no ace tanto. Hasta ahí era un objeto subalterno, oculto y eludido, a pesar del constante peso demográfico de las mujeres a lo largo de la historia e del indiscutible papel desempeñado por la mujer en todo tipo de sociedades. Basando-se en la idea –historicamente reciente- de que existe igualdad entre hombres y mujeres, e inspirada directamente en las filosofías y enfoques feministas del siglo XIX, ilustradas o demoliberales, la historia de las mujeres como objeto y sujeto del discurso histórico revela la incidencia de los profundos cambios que la modernidad desencadena en la vida social, en el derecho, la economía y la política de las sociedades industriales. (SANDOICA, 2004, p. 237-238)<sup>1</sup>*

Assim, um enfoque sobre as mulheres neste período se faz necessário. A aparição dos enfoques historiográficos que formam a história das mulheres vem trazendo mudanças muito importantes para a historiografia, seja em aspectos culturais ou das relações dos atores sociais com o poder. Reescrever a história feita por homens, e para homens, é uma demanda, sendo

---

<sup>1</sup> A história das mulheres, como uma forma (plural e heterogênea) de resgatar um sujeito social (o feminino, entendido como coletivo), nasceu assim não faz tanto. Até então era um objeto *subalterno, oculto e iludido*, apesar do constante peso demográfico das mulheres ao longo da história e do indiscutível papel desempenhado pela mulher em *todo* tipo de sociedades. Baseando-se na ideia – historicamente recente- de que existe *igualdade* entre homens e mulheres, e inspirada diretamente nas filosofias e enfoques feministas do século XIX, ilustradas ou “demoliberales”, a historiografia das mulheres como *objeto e sujeito* do discurso histórico revela a incidência das profundas mudanças que a modernidade desencadeia na vida social, no direito, a economia e a política das sociedades industriais. (tradução nossa)

que o surgimento das primeiras mulheres que começaram a escrever preocupando-se com a mulher enquanto sujeito histórico já apontou a necessidade de uma revisão historiográfica, desde alguns conceitos (como o que é política), até conjunturas e processos históricos (SANDOICA, 2004). Quando nos voltamos à temática das mulheres na Revolução Farroupilha, observamos a afirmação feita por Ramos (s/d, s/p) de que “uma análise sobre as mulheres sul rio-grandenses ainda não foi suficientemente abordada” e da constatação de que:

[...] a Revolução o Farroupilha e seu ‘entorno’ é o tema mais pesquisado e com o maior número de trabalhos escritos nos estudos da História do Rio Grande do Sul. A área pesquisada, porém é restrita majoritariamente à história política. E, neste caso, é uma história masculina, uma história de guerreiros ricos ou pobres, brancos ou negros. Outros recortes temáticos deste período e deste tema ainda não foram suficientemente trabalhados. Entre eles o das mulheres que tomadas enquanto grupo, desaparecem embora algumas delas cuja ação se sobressaia já tenham ocupado este espaço. É o caso de Anita Garibaldi. (RAMOS, s/d, s/p)

Desta forma, compreende-se que a Revolução Farroupilha (1835-45) é uma variável importante para estudar e aprofundar o conhecimento sobre o processo de formação e construção do Estado e da nação no contexto da região fronteira platina, e que a temática das mulheres abarca um importante aspecto desta história (e variável) que ainda carece de um maior aprofundamento ou atenção.

### Tempos de guerra

A Revolução Farroupilha foi um movimento que ocorreu ao sul do Brasil, entre os anos de 1835 e 1845. Motivado por critérios políticos, econômicos e sociais, ele tomou grandes proporções, declarando, em 11 de setembro de 1836, a independência daquela que passou a ser denominada República Rio-Grandense. Contando com agentes de grupos pertencentes a diversos setores, como comerciantes, sacerdotes, charqueadores, estancieiros e militares, destaca-se neste processo a atuação da maçonaria e o intercâmbio com a região platina, o qual Padoin (2001, p. 60) define:

O espaço fronteiroço platino foi uma região por excelência de comunicação; entrada e saída de ideias, de livros, de riquezas materiais, de homens, de interesses econômicos. Espaço de circulação que irá propiciar a formação de uma sociedade semelhante, centrada, até finais do séc. XIX, na propriedade da terra e do gado (cavalar e vacum) e nas relações caudilhescas.

Vale destacar, ao tratar da Revolução Farroupilha, que nem todos na Província defendiam os revoltosos, e que o conflito se caracterizou pela tomada de determinadas cidades, tanto na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, quanto na breve República Juliana, proclamada na Província de Santa Catarina. Algumas cidades nunca foram dominadas pelos farroupilhas, e mesmo dentre as que foram os farroupilhas enfrentaram a resistência daqueles que defendiam os interesses imperiais. O conflito também contou com agentes vindos tanto de outras províncias brasileiras quanto de fora do país.

Além das divergências entre os lados da guerra (imperiais e farroupilhas), salienta-se que os próprios revoltosos não se caracterizavam como um grupo homogêneo, havendo entre eles uma série de divergências de ideias e projetos políticos. Desta forma, a elite política que esteve no comando da Revolução Farroupilha pode ser dividida em, pelo menos, duas principais correntes: a “minoria”, representada por David Canabarro e Vicente da Fontoura, que almejava apenas uma maior autonomia da Província sem que necessariamente houvesse a sua separação do Império do Brasil, e a “maioria”, representada por personagens como Bento Gonçalves da Silva, Antônio de Souza Neto e Domingos José de Almeida, que almejava a independência da Província (PADOIN, 2001).

Buscamos aqui observar algumas formas de atuação de mulheres da elite sul rio-grandense durante o decênio farroupilha, que a partir do arcabouço educacional e social que possuíam, articulavam-se para administrar seus bens, cuidar da educação dos filhos, deslocar-se com a prole em meio à guerra e garantir seus direitos de propriedade, mesmo inseridas em uma sociedade de clara dominação masculina.

O povoamento do Rio Grande do sul, cuja economia baseava-se na pecuária extensiva, atraiu uma população masculina eminentemente nômade; a vida familiar e a subsistência eram então garantidas pelas mulheres – situação muito parecida com a de São Paulo na década de 30 do século XIX, época em que várias casas eram comandadas por mulheres sós. É recorrente a

representação de mulheres sozinhas comandando estâncias, fazendas, negócios, em vista da constante ausência dos homens.

A existência de inúmeros conflitos e batalhas realizados neste território deu aos homens destaque nas atividades políticas e nas guerras. Entretanto, a ausência de masculina no lar exigiu que as mulheres assumissem a direção dos empreendimentos e mantivessem a sobrevivência familiar, transpondo assim os limites das tarefas definidas usualmente para seu sexo. Foi o que Saint-Hilaire percebeu nas várias regiões que visitou; às vezes era recebido pela proprietária viúva ou pela mulher cujo marido estava ausente. (PEDRO, 2007, p. 280)

E neste sentido, buscamos abordar a figura da mulher enquanto ser social que se articula com diversos fatos sociais, os quais também fabrica e integra (DEL PRIORE, 2007, p.9).

### **Bernardina Barcelos de Almeida**

Nascida na localidade de Povo Novo, em 1806, Bernardina era filha de um dos membros da primeira geração da *elite*<sup>2</sup> charqueadora pelotense. Em 1824, casou-se com Domingos José de Almeida, comerciante mineiro que há poucos anos havia estabelecido uma charqueada vizinha à de seu pai (de Bernardina).

Tendo Domingos se envolvido com a Revolução Farroupilha desde seu princípio, começa aí o período de afastamento do casal, onde temos acesso à parte de correspondências trocadas entre ambos que foi preservada. Neste momento:

[...] percebemos que o conflito e as distâncias criaram a necessidade de que as decisões dos cônjuges, que envolviam os destinos da família, a educação dos filhos e a administração dos bens, deixassem de ser feitas em conversas – às quais o historiador nunca teria acesso – e passasse a ser feita pelas inúmeras cartas trocadas por esta família afastada, mas não partida. (BARBOSA, 2009, p.22)

---

<sup>2</sup> Quando falamos de núcleos familiares pertencentes a um grupo de elite, onde esse poder era mantido através da família, ele era mantido e reproduzido “Também com a manutenção e controle de suas propriedades e com o estabelecimento de uma rede de parentesco fictícia – apadrinhamentos, alianças por casamento – com outras famílias e, ainda, com o planejamento da transmissão de herança.” SAMARA, Eni de Mesquita apud. BARBOSA, 2009, p. 44.

Podemos, a partir daí, observar alguns dos meios de atuação utilizados por Bernardina, que é um dos nomes mais recorrentes nas correspondências que se encontram na Coleção Varela. Ao abordarmos sua figura, vale salientar que ela fazia parte da elite rio-grandense do período e que possuía também o privilégio de saber ler e escrever num mundo onde as taxas de alfabetização eram baixíssimas, mais ainda se tratando de mulheres. Ainda, de acordo com Menegat (2009, p.143), desde sua juventude há uma preocupação com a constituição de seu patrimônio imaterial, por exemplo, através do comparecimento ao lado de seu pai à pia batismal. Todos esses aspectos contribuem para as formas aqui observadas de atuação.

Com base na bibliografia e na documentação levantada, pode-se observar seu envolvimento na consultoria “para compras de bens e (...) ajuda na administração das propriedades do casal” (BARBOSA, 2009), tratando de pagamentos, da negociação de escravos, sendo que as negociações e demais questões apresentam-se sempre conversadas entre o casal, como demonstra a correspondência a seguir:

[...] Manda falar a Torquato para levar a Montevideu todos os escravos constantes na lista junta, caso não precisas de algum ou alguns deles, porque então deixarás ficar os que te forem necessários; e pela carreta manda vir de Montevideu sal, farinha, arroz, açúcar, vinho, vinagre e tudo mais pra ti e nossos filhos [...]. Remete quanto antes essa carta a Manuel Gonçalves, a ver se ele manda os 65\$410 com que supri a Lima, que te pode servir de alguma coisa. Nossos negócios políticos andam indo sem novidade, mas como estacionados. [...] (AAHRGS, 1978, p. 184)

Havia também a preocupação com a educação dos filhos, como podemos observar em carta enviada à Domingos, onde Bernardina toma a iniciativa de alugar uma casa para a “ensinança [sic] de seus filhos e de mais alguns outros rapazes cujos pais queiram aproveitar a situação” (MENEGAT, 2009, p. 152).

Além das questões referentes aos negócios e à administração, seu envolvimento foi observado também nas relações de compadrio, em que “não se tratava somente de um parentesco “fictício”, mas sim de uma relação que tinha fundamentos políticos, estando totalmente associada ao padrão de vínculos clientelares” (KÜHN, 2006, p. 18), e nas constantes visitas, as quais visavam estabelecer novos laços e manter os já existentes, dentro de uma rede de relações. Sobre este aspecto, observemos que nesse período, ainda mais em

um contexto de guerra, estas redes são de extrema importância e, inclusive, em diversos momentos eles são recorridas em trocas de favores, baseadas na lógica do “dom e contradom”<sup>3</sup>.

### Candida Olinda de Freitas

Candida era natural da Villa de Encruzilhada, filha legítima de Fernando Manuel de Freitas e de Ignácia Francisca Lemes. Viúva de José Antônio de Freitas<sup>4</sup>, deste matrimônio aparecem três filhos em seu inventário: José Antonio de Freitas, Candido Olindo de Freitas e Vasco José de Souza Freitas.

No decorrer da Revolução Farroupilha Candida vê suas posses sendo prejudicadas, visto que, em vida, seu marido havia feito sociedade com Israel Soares Paiva, que no decorrer do período farroupilha é considerado dissidente, tendo suas terras desapossadas pelo Estado. Para reclamar seus direitos sobre a parte de terra e gados que lhe cabe na dita sociedade, Candida escreve ao presidente da República e a Domingos José de Almeida, então Secretário da Fazenda, procurando uma solução para a causa e relatando a terra e juntamente seus bens, estarem sendo prejudicados pelo Tenente-Coronel Antônio Meireles, que, de próprio arbítrio, teria entrado na fazenda (AHRGS, 1985).

Após esta troca de correspondências, que ocorre entre 1838 e 1839, no ano de 1841 Candida aparece agradecendo a Domingos José de Almeida por protegê-la:

[...] Não obstante o muito que me reconheço devedora a V. Exa. tenho a honra de novamente incomodá-lo desejando me faça o obséquio de me mandar recibo dos gados e couros que presentemente têm tirado da minha fazenda por conta do Estado para eu mandar encontrar quando fizer o pagamento do arrendamento da parte dos dissidentes Paivas. [...] (AAHRGS, 1985, CV-5003)

<sup>3</sup> “a atividade de dar [...] integrava uma tríade de obrigações: dar, receber e restituir. Esses atos cimentavam a natureza das relações sociais e, a partir destas, das próprias relações políticas” (XAVIER E HESPANHA *apud* KÜHN, 2006, p. 178-179)

<sup>4</sup> Batizado em 1791, na Capela de Santa Bárbara de Encruzilhada. Filho legítimo de José Antônio de Freitas e de Florianna Maria de Freitas (REGISTROS PAROQUIAIS. Acervo do Arquivo da Paróquia Santa Bárbara de Encruzilhada. 1791).

Tal correspondência indica que suas solicitações foram alcançadas. A partir desta e das demais correspondências analisadas, observamos que Candida, estando na situação de viúva no período abordado, e mesmo tendo filhos em idade para a administração de negócios, tomou a frente dos seus e se utilizou dos contatos que possuía, articulando-se para ver garantidos os seus diretos dentro das complexas e constantes disputas por poder e bens que se desenrolavam, e que se eram especialmente acirradas em períodos de guerra.

Candida casou-se pela segunda vez com Benigno José de Souza, com quem teve um filho, Serapião. Pela mencionada idade deste filho, concluímos que ao menos a partir dos anos finais do conflito farroupilha ela já matinha relações com Benigno, sendo que este período não deve ser anterior a 1838, quando, em correspondências, ela se coloca como uma “desvalida viúva” (AAHRGS, 1985, p. 98-99). Ela faleceu na Villa de Cachoeira, em viagem de Porto Alegre para a Villa de Bagé, no dia 15 de dezembro de 1857.

### **Maria Angélica da Fontoura Corte Real**

Maria Angélica da Fontoura foi batizada 10 de dezembro de 1790, na matriz Nossa Senhora de Rio Pardo, tendo nascido em 17 de novembro, filha legítima do Alferes Antônio Pinto da Fontoura e de Anna Joaquina (das Dores). Casada em primeiras núpcias com o Capitão de Dragões Francisco de Borja Almeida Corte Real, ficou viúva do mesmo em 1817, sendo que desta união teriam nascido quatro filhos: Afonso José de Almeida Corte Real, Maria Joaquina, Ritta de Cassia Corte Real de Moraes e Antônio Pinto da Fontoura Corte Real.

Em segundas núpcias Maria Angélica teria feito sua vida com o comendador José Thomaz de Lima, inspetor da Real Feitoria de Linho Cânhamo desde 1822 (e, extinta essa, da colônia de São Leopoldo até 1830) (FLORES, 1985). Desta união nasceram entre os anos de 1821 e 1830: D. Maria Izabel, José Thomaz de Lima, Carlos Frederico de Lima e Francisco Pinto de Lima. A união do casal seria legalizada apenas em 1840, segundo José Thomaz de Lima, para legitimar os filhos do casal.

Dentre as questões que foram observadas a partir da análise da documentação, percebe-se que, nas correspondências que tivemos acesso, datadas entre os anos de 1839 e 1840, o Comendador não é mencionado em nenhum momento. Apenas os filhos aparecem

para a troca de correspondências, envio de pagamentos e lembranças (AAHRGS, 1983). Os registros que tratam da viagem de Maria Angélica ao Rio de Janeiro e, posteriormente, à Buenos Aires também apontam que ela estava acompanhada apenas dos filhos, sem a presença do marido (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1837).

Estes indícios trazem questionamentos, como o porquê da união não ter sido legalizada anteriormente, se não havia nenhum impedimento para o casal, e eles já tinham filhos. Uma possível motivação pode ser visualizada no testamento e inventário de Maria Angélica. Ela era uma mulher de posses, as quais são praticamente absorvidas pelas dívidas contraídas em nome do casal, e em seu inventário o inspetor e os demais herdeiros de Maria Angélica, que faleceu em 28 de junho de 1847, especialmente os filhos do primeiro matrimônio, trocam acusações de culpabilidade pela deterioração do patrimônio. Estes últimos também acusam José Thomaz de Lima de não ter direito de ser meeiro no inventário, já que a união do casal foi oficializada quando Maria Angélica já havia completado 50 anos, fazendo com que José Thomaz de Lima só tivesse direito à terça parte do inventário. Será que Maria Angélica já havia pensado previamente nisto, e por tal, teria adiado tanto a legalização de sua união? É uma possibilidade.

Além das questões que envolvem as disputas por bens de Maria Angélica, outras questões nos chamaram a atenção sobre sua atuação. No decorrer das pesquisas, foram encontradas algumas correspondências que remetem a ela, dizendo que estaria no Rio de Janeiro para tratar da “soltura de seu filho”, Afonso José<sup>5</sup>, que lá se encontrava aprisionado desde a Batalha do Fanfa, em outubro de 1836, quando foi preso juntamente com outros líderes farroupilhas. A correspondência, parte de apontamentos escritos por Manuel Alves da Silva Caldeira, um dos comandantes do Corpo dos Lanceiros Negros durante a Revolução Farroupilha, afirma que ela acolheu e hospedou outros farroupilhas que lá se encontravam:

[...] disse “-Sigam por esta mesma rua e entrem pela segunda porta do corredor, que ali está em cima no sobrado D. Maria Corte Real, mão do Corte, que chegou do Rio Grande do Sul para tratar da soltura do filho, que ela vos acomodará até poucos dias”.

<sup>5</sup> Afonso José esteve intimamente envolvido com o conflito, tendo sido Coronel e Ministro de Guerra Farroupilha. Foi morto em 12 de junho de 1840, em meio aos conflitos da guerra.

Marchamos e entramos no dito corredor e batemos palmas, e ali fomos recebidos com os braços abertos por ela e seu filho Antônio. Tivemos naquela casa 8 dias [...]” (AHRGS, 1981, p. 352)

Tal afirmação encontra respaldo nos registros de chegada e saída do Rio de Janeiro, datados de março de 1837, onde Maria Angélica aparece chegando ao Rio de Janeiro, acompanhada de seu filho, Antônio Pinto da Fontoura Corte Real, uma filha e três escravos, e, posteriormente, indo para Buenos Aires, acompanhada de três filhos e seis escravos (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1837). Ambas as datas coincidem com a da fuga de Afonso José do Rio de Janeiro.

Sendo Maria Angélica amiga pessoal de Domingos José de Almeida e sua esposa, Bernardina (FLORES, 1985), ela aparece em alguns momentos se correspondendo com ele. Em uma das correspondências, escrita por Maria Angélica, ela pede para que tenham cuidado, pois os legalistas pretendiam “atacar a República”, sendo que ela diz ter ouvido isto se achando “em um lugar oculto que eles [os legalistas] nunca julgavam” (AHRGS, 1983, p. 190-191). Em outras ela aparece remetendo cartas para serem encaminhadas por Domingos à Montevideu e para seu filho (AHRGS, 1983, p. 190-191) e tratando de empréstimos (AHRGS, 1983, p. 190-191).

A partir das correspondências e demais documentações analisadas, percebemos a articulação de Maria Angélica atuando de uma forma em que se apresenta como independente, agindo para a proteção de seus filhos e de seus negócios, assim como para a defesa de seus interesses. Suas ações, que em certos momentos podem ser consideradas arriscadas – como ajudar na fuga de farroupilhas para o Rio de Janeiro, ou escutar informações dos legalistas – apontam para o grau de autonomia que uma mulher poderia ter em meados do século XIX, ao menos aquelas que estavam inseridas nos círculos da elite então.

## Considerações finais

Através deste estudo pudemos observar várias formas de atuação das mulheres durante o decênio farroupilha, sendo algumas questões diretamente ligadas ao contexto da guerra, como o envolvimento de Maria Angélica na fuga de seu filho e nas informações passadas

sobre a movimentação das tropas. Outras questões representam alguns fatos que, apesar da possibilidade de ocorrerem em tempos de paz tenham sido estimulados pela guerra, como as disputas pela posse de terras que aparecem no caso de Candida. Outras ainda possivelmente fossem cotidianas, como o gerenciamento e agenciamento dos negócios pelas mulheres, mas devem ter sido intensificadas e evidenciadas pela guerra e, principalmente, pela distância que esta gerou. Esta distância trouxe consigo também a necessidade das correspondências, as quais nos permitiram um maior acesso sobre como se dava a articulação destas mulheres na sociedade.

Vimos assim que o papel desempenhado por estas mulheres estava integrado à sociedade do período e às relações de poder que se delineavam nesta. Elas eram agentes e integrantes da sociedade de então, nos seus diversos aspectos (econômico, social, político). Ainda que sua ação pudesse encontrar alguns limites decorrentes do seu sexo, pudemos perceber que elas encontraram maneiras, inclusive, de torná-lo um aliado para sua ação.

Esperamos assim que este estudo contribua para a historiografia platina e brasileira, evidenciando a figura das mulheres enquanto agentes sociais que contribuíram e são constituintes de nossa formação histórica, e que por muito tempo foram silenciadas ou colocadas à margem dos estudos históricos. Buscar fontes que nos tragam maiores informações sobre estas e outras mulheres é um desafio constante que deve ser enfrentado, para que ao abordarmos esse tema tão procurado, que é a Revolução Farroupilha, assim como outros períodos históricos, possamos falar acerca do papel desempenhado pelas mulheres da mesma maneira que todos os demais agentes históricos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Carla Adriana da Silva. A casa e suas virtudes: Relações familiares e a elite farroupilha (RS, 1835-1845). São Leopoldo: UNISINOS, 2009. 139p. **Dissertação** (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. São Leopoldo, 2009.

DEL PRIORE, Mary. Apresentação. *In*: DEL PRIORE, Mary (org.). BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2007. p. 7-10.

FLORES, H. A. H. A Mulher no Período Farroupilha. In: RETAMOZO, Aldira Corrêa et al. **O papel da mulher na Revolução Farroupilha**. Porto Alegre: Ed. Tchê, 1985. p. 103-154.

KÜHN, Fábio. **Gente da Fronteira**: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – século XVIII. Niterói: UFF, 2006. 479 p. **Tese (Doutorado)**. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006.

MENEGAT, C. **O tramado, a pena e as tropas**: família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos (Rio Grande de São Pedro, século XIX). Porto Alegre: UFRGS, 2009. 205 p. **Dissertação (Mestrado)** – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

PADOIN, Maria Medianeira. **O federalismo gaúcho**: fronteira platina, direito e revolução. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

PEDRO, Joana Maria. Mulheres do Sul. In: DEL PRIORE, Mary (org.). BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2007. p. 278-321.

RAMOS, E. H. C. L. As mulheres no cotidiano do Rio Grande do Sul Farroupilha. **Revista Justiça e História**, v. 06, nº 12. Disponível em [http://www1.tjrs.jus.br/site/poder\\_judiciario/historia/memorial\\_do\\_poder\\_judiciario/memorial\\_judiciario\\_gaicho/revista\\_justica\\_e\\_historia/](http://www1.tjrs.jus.br/site/poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/memorial_judiciario_gaicho/revista_justica_e_historia/)

SANDOICA, E. H. Historia de las mujeres y de las relaciones de género. In: \_\_\_\_\_ . **Tendencias Historiográficas Actuales**: Escribir historia hoy. Madrid: Akal, 2004. p. 437-471.

SOIHET, R. História das Mulheres. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (orgs.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 275-296.

#### **FONTES:**

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (APERS). **Inventários post-mortem**. Bagé. 1º Cartório de Órfãos e Ausentes, a 62, m 3, ano 1849.

\_\_\_\_\_. **Inventários post-mortem**. Bagé. 1º Cartório de Órfãos e Ausentes, a 141, m 6, ano 1858.

\_\_\_\_\_. **Inventários post-mortem**. Porto Alegre. 1º Cartório de Orphãos, m 77, n 1587, ano 1847.

\_\_\_\_\_. **Testamentos**. Porto Alegre. Cartório da Provedoria. A 1155, m 59, ano 1847.

\_\_\_\_\_. **Testamentos.** Villa de Cachoeira. A 144, m 6, ano 1858.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, Anais do. **Coleção Varela.** Porto Alegre: AHRGS, 1978 a 2008.

**DIARIO DO RIO DE JANEIRO.** Rio de Janeiro: Typographia do Diario, nº 18, 21 de março de 1837. Disponível em: [<http://hemerotecadigital.bn.br/>], acesso em 24/01/2014, às 14h00.

**DIARIO DO RIO DE JANEIRO.** Rio de Janeiro: Typographia do Diario, nº 24, 29 de março de 1837. Disponível em: [<http://hemerotecadigital.bn.br/>], acesso em 24/01/2014, às 14h00.